

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.742 - SP (2018/0331352-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : R M P
ADVOGADO : CARLOS DE ARAUJO PIMENTEL NETO E OUTRO(S) -
SP057668
AGRAVADO : M M DE M
ADVOGADO : OPHELIA MARIA AMORIM DUNHOFER REINECKE E
OUTRO(S) - SP018210B

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto em face de acórdão assim ementado:

Exoneração de alimentos. Considerações sobre o dever de pagar alimentos ao ex-cônjuge que, em decorrência da igualdade entre homens e mulheres, só persistirá quando incapaz de prover o próprio sustento. Pensão fixada há mais de 20 anos. Requerida que já à época do divórcio trabalhava e se aposentou recebendo provento mensal líquido de mais de R\$ 4.000,00, possui casa e veículo próprios. Necessidade de prestar alimentos à ex-cônjuge que é relativa, devendo-se comprovar a efetiva impossibilidade de prover o próprio sustento. Exoneração que é devida, mas a partir de um ano contado da publicação do acórdão. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 1384/1386).

Nas razões do recurso especial alegou violação aos artigos 1694, 1695 e 1699 do Código Civil, sob o fundamento de que devem ser mantidos os alimentos prestados à ex-cônjuge (recorrente), eis que esta não possui condições de readquirir sua autonomia financeira ou mesmo de ser recolocada no mercado de trabalho.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 1389/1393).

O recurso não foi admitido na origem.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem entendeu pela possibilidade de exoneração da

obrigação de prestar alimentos, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 1245/1246):

No caso, se verifica que a ré afirma que ainda depende da pensão alimentícia, pois seus gastos mensais são elevados em decorrência de diversos problemas de saúde, que a aposentadoria que recebe é insuficiente para sua manutenção, que não possui condições para o trabalho.

Contudo, verifica-se que não há razão para manutenção da prestação alimentar estabelecida há mais de 20 anos, a autora trabalhou como professora, aposentando-se como diretora durante o período que já estava divorciada, do imposto de renda da requerida (fls. 996/1005) é possível observar que sua aposentadoria lhe confere um valor líquido mensal de mais de R\$ 4.000,00, possui casa própria e veículo, além disso, pelo relatório do médico que lhe acompanha restou claro que o problema de saúde que lhe acomete, não lhe tornou pessoa inválida, e não custa salientar que caso necessite de auxílio para suplementar o seu sustento, será dever dos filhos da requerida com o autor, hoje maiores e capazes, pelo dever de parentesco que com eles possui.

Assim, independente da renda e do patrimônio que o autor alcançou ao longo desses mais de 20 anos, restou demonstrado que a ex-cônjuge, possui renda mensal proveniente da própria aposentadoria, bem como casa própria, automóvel, e diante de tais circunstâncias resta justificada a exoneração pretendida pelo apelante.

(...)

Por esses motivos, de rigor a exoneração do autor da obrigação de prestar alimentos à ré. Contudo, para que a transição se faça de modo mais adequado à adaptação da alimentanda, a exoneração valerá a partir de um ano contado da publicação deste acórdão.

Assim, desconstituir a fundamentação da decisão recorrida é medida que não comporta procedência na presente via, por implicar necessário reexame de fatos da análise dos autos. Incide no caso o óbice da Súmula 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EX-CÔNJUGE.
MANUTENÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O STJ possui entendimento no sentido de que os alimentos devidos

entre ex-cônjuges têm caráter excepcional e transitório, salvo quando presente a incapacidade laborativa ou a impossibilidade de inserção no mercado de trabalho.

2. No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela manutenção da pensão alimentícia, uma vez que não há evidência de que a ex-mulher possa se manter com o próprio trabalho, alegando alteração cardíaca e dores no joelho, e não há prova de que vem exercendo trabalho informal, restando, assim, confirmada a necessidade de continuidade da prestação alimentícia. Entender que a ora agravada não comprovou a impossibilidade de prover sua própria subsistência e, conseqüentemente concluir pela exoneração do dever de prestar alimentos, demandaria a incursão no acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.315.051/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13.11.2018, DJe 20.11.2018).

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. ÔNUS DA PROVA.

1.- Em nosso sistema vige o princípio da comunhão das provas, assim, se o juiz não decidiu com base em non liquet, mas, ao contrário, com fundamento na convicção positivamente formada a partir do cotejo das provas efetivamente coligidas aos autos, não há como questionar ofensa a dispositivos legais que tratam da distribuição do ônus da prova.

2.- A avaliação dos requisitos necessários à alteração ou exoneração de pensão alimentícia devida a ex-cônjuge, ligados ao binômio necessidade-possibilidade, demanda, na hipótese dos autos, reexame de provas. Incidência da Súmula 07/STJ.

3.- Recurso Especial a que se nega provimento.

(REsp 1.318.742/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14.8.2012, DJe 4.9.2012).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, observando, se for o caso, os benefícios da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

